

## JOVENS: DIREITOS, EDUCAÇÃO E SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA NA AGENDA PÓS-2015

Com a aproximação do prazo limite para a realização dos Objetivos do Milénio (ODM), a relevância imposta no debate sobre o futuro quadro de desenvolvimento adquire uma nova intensidade. É tendo em consideração os avanços logrados e as metas que ficaram por alcançar que se propõe uma **Agenda de Desenvolvimento com uma abordagem mais compreensiva, inclusiva, de rosto humano, de caráter inter-geracional e de justiça social, que destaque as oportunidades económicas e o desenvolvimento para as mulheres e jovens, o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva**. Desta forma, a nova Agenda de Desenvolvimento Pós-2015 deverá ser baseada numa abordagem de direitos humanos, conter um objetivo autónomo e universal referente à igualdade de género e ao empoderamento dos jovens, sobretudo das raparigas e jovens mulheres, mas também garantir que a igualdade de género seja transversal a todas as áreas de desenvolvimento. Tal, só será possível através da criação de **metas e indicadores desagregados e políticas de cooperação, aprofundadas e coerentes a nível local, nacional, regional e internacional**.

### DIREITOS, EDUCAÇÃO E SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA

É no reconhecimento da importância do acesso universal à saúde sexual e reprodutiva, no empoderamento das raparigas e mulheres e, simultaneamente, no reconhecimento dos/das jovens enquanto atores fundamentais para um futuro sustentável baseado em direitos, que a nova Agenda deverá encontrar as suas fundações. A comunidade internacional é agora responsável por assegurar que estes reconhecimentos, que não são novidade, recebam a mais elevada priorização no novo compromisso global.

A relevância de uma abordagem assente nos direitos humanos adquire uma nova importância quando à sua proteção e promoção, surge intimamente associado o sucesso de todos os outros objetivos globais - incluindo a erradicação da pobreza, a melhoria das condições de saúde e de educação, a justiça, o crescimento económico e a sustentabilidade ambiental. Sem a sua consolidação e implementação, quaisquer perspectivas de alcançar um desenvolvimento significativo, inclusivo e sustentável, são postas em causa.

### O EMPODERAMENTO DE MENINAS, RAPARIGAS E MULHERES NO NOVO QUADRO DE DESENVOLVIMENTO

A importância da realização do empoderamento produz particular impacto nas vidas de milhões de meninas, raparigas e mulheres em todo o mundo. A sua ausência perpetuará e aumentará situações de desigualdade, de violência com base no género e comprometerá todos os objetivos que visem o desenvolvimento baseado em direitos. **A nova abordagem de desenvolvimento permitirá agir**

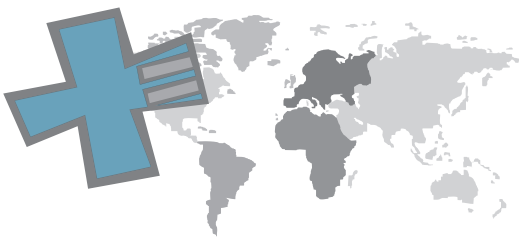
**em direção à criação de novas oportunidades e transformar situações de desigualdade estruturais como as seguintes:**

- 31 milhões de meninas, em idade de frequentar o ensino primário, não se encontram matriculadas na escola;
- Dois-terços dos 790 milhões de adultos iletrados são mulheres e cerca de 126 milhões são jovens, dos quais 60% são raparigas;
- Mais de 200 milhões de mulheres, em países em desenvolvimento, desejam planejar as suas famílias mas não têm acesso a métodos contraceptivos adequados, nem serviços com pessoal treinado. O resultado - cerca de 80 milhões de gravidezes indesejadas e 40 milhões de abortos não seguros. No mesmo sentido, as infeções sexualmente transmissíveis (IST) atingem cerca de 499 milhões de novas vítimas por ano, a nível global<sup>(1)</sup>.
- Discriminações à participação no mercado de trabalho onde as mulheres, globalmente, enfrentam mais vulnerabilidade e insegurança, salários desadequados e inferiores:
  1. Globalmente, as mulheres recebem menos 10% a 30% que os homens<sup>(2)</sup>.
  2. Na União Europeia, os ganhos por hora das mulheres correspondem a uma média de 16,4% inferior à dos homens<sup>(3)</sup>.
  3. Em Portugal, as mulheres auferem menos 18% da remuneração média mensal de base e em termos de ganho a diferença aumenta para 20,9% em favorecimento dos homens<sup>(4)</sup>.

Tendo em consideração o **atual quadro demográfico global com 3 mil milhões de jovens (43% da população mundial), em que 85% destes se encontram em países em desenvolvimento**, o cenário ilustra a importância de investir nos jovens como forma de alterar os dados anteriormente referidos. Destaca-se a Ásia, com 60% da população mundial jovem (países como o Nepal, Laos, Mongólia, Paquistão e/ou Irão contam mais 20,6% de jovens na sua população), países africanos e sul-americanos ou das Caraíbas com 23% (países como o Quênia, Mali, Camarões, Senegal, Honduras ou Nicarágua também com mais 20,6% de jovens na sua população)<sup>(5)</sup>.

**É necessário um compromisso global de desenvolvimento, idealmente vinculativo, para todos os países e que inclua os/as jovens enquanto atores capacitados para influenciar as decisões que os/as afetam. Algumas das conclusões registadas no Relatório Global das Nações Unidas sobre a CIPD para Além de 2014 também revelam que as gerações mais jovens, em cerca de três quartos dos países, mostram uma tendência positiva para a defesa e promoção da igualdade de género, ao invés de outras faixas etárias.**

Nos contextos até agora descritos, as oportunidades são possíveis através de



políticas e programas que atuem diretamente sobre as diferentes formas de discriminação e violência e, por isso, de exclusão social. Contrariamente a estas medidas, os casamentos infantis, forçados e precoces e as várias formas de mutilação genital feminina, por exemplo, representam duas das mais violentas pressões exercidas em meninas e raparigas. Precipitam forçosamente para um conjunto de consequências ao nível da saúde física e psicológica, interrupção dos percursos educativos e contribuem para o enraizamento das desigualdades de género.

**Iniciar o período Pós-2015 com uma abordagem baseada em direitos e centrada nas pessoas, permitirá contribuir para uma maior e mais qualificada cidadania e força laboral global, com impactos diretos em matéria de desenvolvimento social, económico e ambiental. Mitigar a ausência de planeamento familiar e de acesso a métodos de contraceção (essencial para capacitar as pessoas e os casais a planear as famílias e filhos que desejam, prevenir gravidezes indesejadas e/ou de risco e os custos associados) aliada à criação de condições que permitem oportunidades educacionais e de trabalho digno, são alguns dos objetivos fundamentais.** Apesar do conhecimento de que esta reciprocidade entre informação, educação e saúde sexual e reprodutiva é possível e necessária, as mulheres (que representam metade da população mundial) ainda correspondem a 70% do total da população em situação de pobreza<sup>(6)</sup>. Reduzir esta percentagem e mudar a vida de milhões de pessoas, em todos os continentes e países, é possível. Sair da pobreza e romper os mecanismos de discriminação é possível através de medidas preventivas que contemplem:

- programas eficazes de educação e saúde, incluindo sexual e reprodutiva;
- um enquadramento legislativo que vise o fim e o desencorajamento dos casamentos infantis, precoces e forçados, da mutilação genital feminina, o fim dos crimes de honra e outras práticas nefastas;
- a prevenção de gravidezes não desejadas em adolescentes, com consequente estigmatização e exclusão social;
- fim de todas as formas de discriminação e violência;
- a prevenção de IST, incluindo o VIH e SIDA;
- a construção de instalações sanitárias separadas e adequadas em escolas e serviços de saúde;
- fim das propinas escolares (penalizadoras para a manutenção das meninas e raparigas no sistema formal de ensino de muito países).

Face ao atual estado da população mundial, o investimento previsível, contínuo e coerente na educação e na saúde sexual e reprodutiva de jovens e mulheres terá profundo impacto no desenvolvimento humano e no crescimento económico sustentável. **São as escolhas e as oportunidades da atual geração de jovens que vão definir o desenvolvimento humano por décadas. Identificar este investimento como meio para atingir a realização de um futuro sustentável não é novidade.** É, por exemplo, um dos resultados do primeiro Fórum Mundial de Juventude em Bali, em 2012, iniciativa das Nações Unidas, liderado por jovens ativistas e diversas lideranças nacionais e internacionais, incluindo de parlamentares. Através do incremento e incentivo à participação, de investimentos na educação, de serviços de saúde amigos e adequados a jovens e da garantia do cumprimento da igualdade em matéria de direitos sexuais e reprodutivos, os resultados seriam visíveis:

- Por cada \$1 (≈ 0.75€) investido em planeamento familiar são poupados \$6 (≈ 4.5€).
- Quando 10% mais de meninas frequentam a escola, o Produto Interno Bruto (PIB) de um país aumenta em média 3% (consequentemente, se os níveis de empregabilidade entre mulheres e homens fosse igual nos Estados Unidos, o seu PIB assistiria a um crescimento de 9%, na zona Euro 13% e no Japão 16%).

- Um investimento anual global de \$8.1 mil milhões (≈ 6 mil milhões €) permitiria reduzir em mais de 66% as gravidezes não desejadas, prevenir 30% das mortes maternas e 20% das mortes de recém-nascidos.
- Acabar com a desigualdade de género na agricultura (incluindo políticas públicas que assegurem o acesso a recursos produtivos por parte das mulheres, por via de herança e/ou crédito para compra da terra, por exemplo) pode retirar da fome e pobreza 100-150 milhões de pessoas em todo o mundo.
- Alcançar uma geração livre de VIH e SIDA e outras IST<sup>(7)</sup>.

## O LEGADO DOS OBJETIVOS DO MILÉNIO (ODM)

A educação, a igualdade de género e a saúde sexual e reprodutiva encontram-se referenciadas nos ODM que agora cessam (objetivos 2, 3, 4, 5 e 6). Apesar dos avanços significativos que foram registados, a falta de priorização inicial na saúde sexual e reprodutiva produziu consequências indesejadas. No que concerne ao ODM 5, relativo à saúde materna, o avanço conseguido manifestou-se lento e desigual em diversas regiões do planeta e a adoção da Meta 5b (acesso universal a serviços de saúde reprodutiva), apenas em 2007 refletiu a tardia determinação para a sua implementação. **Bastava o reforço de investimento objetivo no compromisso de Saúde Materna, previsto nos ODM, para prevenir anualmente as mortes evitáveis de cerca de 300.000 mulheres e 3 milhões de recém-nascidos – por causas associadas a complicações durante a gravidez, parto e pós-parto.** Soma-se a ausência de serviços e cuidados adequados em matéria de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planeamento familiar, saúde materno-infantil e cuidados neo-natais de emergência<sup>(8)</sup>.

No recente Relatório dos Objetivos do Milénio (2014), os desenvolvimentos registados nas esferas da saúde sexual e reprodutiva, igualdade de género e justiça social, são os que registam menores avanços, sendo que:

- Cerca de 800 mulheres morrem por dia devido a complicações evitáveis durante a gravidez, o parto e pós-parto (99% destas mortes decorrem em países em desenvolvimento).
- Mais de 60% de todas as pessoas jovens infetadas com VIH são jovens mulheres.
- Cerca de 6 em cada 10 mulheres experienciam formas de violência ao longo da sua vida, incluindo durante a gravidez (violência doméstica, assédio sexual, violação sexual, exploração, tráfico, casamentos precoces, mutilação genital feminina, ...).
- Cerca de 100 a 140 milhões de meninas e mulheres foram já submetidas a uma ou mais formas de Mutilação Genital Feminina.
- Cerca de 75 milhões de jovens encontram-se desempregados (um número 3 vezes superior ao desemprego adulto).
- 67 milhões de raparigas são forçadas a casar antes dos 18 anos de idade.
- Apenas 20% dos lugares nos parlamentos nacionais são ocupados por mulheres e menos de 17% em ministérios e posições governativas. De forma semelhante, as mulheres representam 25% dos quadros superiores a nível mundial<sup>(9)</sup>.

Celebrar a igualdade de género é ainda hoje um Objetivo por cumprir. Os compromissos feitos e desenvolvidos em 1994 (CIPD), 1995 (Plataforma de Ação de Pequim) e em 2000 (ODM) estão ainda longe do seu potencial e execução. No caso dos ODM agrava-se o facto do total esquecimento da população jovem.

É importante frisar que, **estes compromissos reforçam a visão do investimento em matérias de direitos, de educação e na saúde sexual e reprodutiva, como meios capazes de produzir elevados resultados económicos e sociais.**

Apesar destes reconhecimentos, as conclusões do relatório ***Euromapping de 2013*** inferem que a saúde reprodutiva permanece subfinanciada pela Assistência Oficial ao Desenvolvimento ou Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD). O maior declínio no financiamento foi registado nos países europeus mais afetados pela crise e alvo das consequentes medidas de austeridade: Espanha, Itália, Grécia e Portugal. Espanha sofreu a maior queda alguma vez registada, sendo que viu diminuir para \$1.9 mil milhões ( $\approx$  1.4 mil milhões € e cerca de menos 49,7%) a sua APD, representando uma queda de quase 70% desde 2008. Por sua vez, Itália apresentou uma queda de 34,7%, a Grécia de 17,0% e Portugal de 13,1%. Os Estados Unidos permanecem como o principal financiador, ainda que assumam uma queda de 2,8%, quando comparados com os valores de 2011. Na Europa, o Reino Unido e a Alemanha são os principais financiadores, com montantes de \$13.7 mil milhões ( $\approx$  10.2 mil milhões €) e 13.1 mil milhões respetivamente ( $\approx$  10 mil milhões €). Apenas cinco países europeus registam um valor superior a 0,7% para a APD, acordado com a OCDE: Noruega, Dinamarca, Suécia, Luxemburgo e Holanda.

Por sua vez, os indicadores da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (nas quatro categorias estabelecidas pela plataforma de ação da CIPD: serviços de planeamento familiar e saúde reprodutiva, prevenção e tratamento de infeções sexualmente transmissíveis, desenvolvimento de investigação e análise de políticas de desenvolvimento) evidenciam uma estagnação no que tem vindo a ser um desenvolvimento relativamente positivo. Há um longo percurso a percorrer, nomeadamente quando observamos o caso de Portugal e a sua 21ª posição no ranking da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (0, 23% em 2013), entre os 23 países analisados.

A relevância destes investimentos e a necessidade em desenvolver uma aprofundada política de cooperação global ganha ênfase com os argumentos do diretor executivo do Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA), Babatunde Osotimehin, ao defender que uma ***“boa saúde reprodutiva permite aos casais e indivíduos terem vidas mais saudáveis, mais produtivas e, consequentemente, contribuírem mais para os rendimentos familiares e economias nacionais”***<sup>(10)</sup>.

## UM NOVO COMPROMISSO GLOBAL

A população mais jovem permaneceu invisível e dramaticamente negligenciada durante 14 dos 15 anos dos ODM e recebeu pouca, ou nenhuma, atenção nos programas públicos e orçamentos nacionais - o que entrava a consecução dos demais objetivos, nomeadamente os associados à erradicação da pobreza e ao desenvolvimento económico e social, também presentes no quadro dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

A elaboração e as negociações da Agenda Pós-2015 devem ser definidas por uma linguagem e um discurso inclusivo que garanta que todas as pessoas, com especial atenção às esquecidas nos ODM, sejam priorizadas. Uma **Agenda de Desenvolvimento e Cooperação Internacional que, assente numa abordagem de direitos**, assegure e privilegie oportunidades:

- **Acesso a educação de qualidade**, com particular atenção à **conclusão da educação secundária por parte das raparigas** – já com demonstradas retribuições ao nível do crescimento económico, ao nível de melhorias na educação e evidentes melhorias na saúde sexual e reprodutiva, permitindo uma maior probabilidade de expansão da capacidade de participação nas tomadas de decisões públicas e privadas.
- **Acesso a uma educação abrangente**, dentro e fora do ambiente escolar, que inclua conteúdos programáticos e curriculares de direitos humanos, saúde, sexualidade, cidadania, igualdade de género, ...
- **Proteção dos direitos humanos das raparigas**, garantindo medidas legais,

políticas e educacionais, que permitam pôr fim às diferentes formas de violência e discriminação de que são alvo;

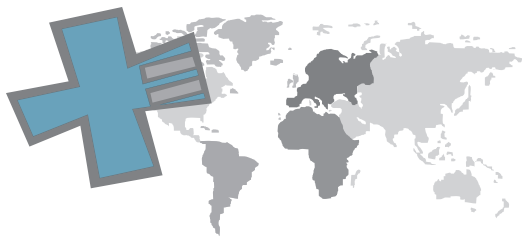
- **Acesso universal a serviços e cuidados de saúde sexual e reprodutiva**, bem como a toda a informação associada. Particular atenção em garantir que os serviços são de qualidade, como forma de reduzir o número de gravidezes indesejadas, reduzir a mortalidade materna e neo-natal, assegurar a prevenção de IST e garantir apoio atempado em casos de violência sexual e/ou discriminação com base no género;
- **Trabalho digno, oportunidades reais de rendimento e proteção social** para os/as jovens, sem discriminação de qualquer tipo.

## PARA UM DESENVOLVIMENTO QUE NÃO ESQUEÇA RAPAZES E RAPARIGAS

Os mais recentes desenvolvimentos nos processos de negociação da Agenda Pós-2014/15 permitem concluir que o desenvolvimento sustentável (nas suas dimensões social, económica e ambiental) só será possível se as pessoas não forem esquecidas. Numa ótica semelhante a **nível nacional, a Consulta sobre Jovens e Desenvolvimento na Agenda Pós-2015**, realizada em Outubro de 2013 pela P&D Factor, pelo Conselho Nacional de Juventude e pelo Camões – Instituto de Cooperação e da Língua, IP, com associações de jovens e parlamentares (PSD, PS, BE e PCP), organizações intergovernamentais, ONG e entidades públicas, permite referenciar os seguintes tópicos como fundamentais para a Agenda:

- Não esquecer os/as jovens nos novos Objetivos e Metas de Desenvolvimento aqui enquanto grupo específico (até aos 25 anos), não confundível com as crianças (até aos 18 anos).
- Não esquecer as questões associadas aos direitos e à saúde sexual e reprodutiva, incluindo a prevenção de IST e VIH/SIDA, educação sexual, abrangente para jovens dentro e fora do sistema de ensino.
- O empoderamento dos/as jovens através do reforço na educação, formação ao longo da vida e serviços de saúde, que tenham em atenção a discriminação de género, as diversas formas de violência, incluindo a violência no namoro, a violência doméstica e as práticas tradicionais nefastas (mutilação genital feminina e os casamentos precoces/forçados).
- Reconhecer que o presente e o futuro dos/as jovens é indissociável à solidariedade entre gerações e à da sustentabilidade do desenvolvimento social, diretamente ligada a políticas de emprego e desenvolvimento económico em respeito pelos direitos humanos.
- Aumentar a participação de jovens, sobretudo das raparigas, nos debates e representações internacionais de juventude, mas também outras no contexto da Agenda Pós-2015.
- Assegurar a sustentabilidade da boa governação, significa também que rapazes e raparigas precisam de políticos e políticas em que se revejam e não apenas nos processos de consulta. Desta boa governação, depende também a justiça e a sustentabilidade das políticas de dimensão e rosto humano, onde as mulheres e as raparigas têm um papel social que deve ser apoiado e reconhecido também nas medidas que visam o desenvolvimento.
- Na abordagem pelas desigualdades, ter em atenção a gravidez em adolescentes, a discriminação com base na orientação e identidade de género, os maus tratos infanto-juvenis, o VIH/SIDA, os/as jovens migrantes, os/as jovens dos estados frágeis, em países em desenvolvimento ou em situação de conflito, bem como os/as jovens das zonas rurais. Deve ainda ter em consideração os atuais contextos de desemprego jovem.
- Reforçar a abordagem inter-geracional centrada nos direitos humanos.





- Elaborar políticas de emprego, que tenham em conta a dimensão social do desenvolvimento, não apenas a económica e ambiental.
- Crucial, estabelecer sinergias entre as várias áreas e dimensões que contribuem para a paz e segurança: saúde e género, participação da juventude, cidadania global, maior equidade e justiça, alimentação e água.

**As várias esferas de ação, evidenciadas neste documento, encontram-se presentes nas diversas negociações sobre os novos Objetivos de Desenvolvimento. Em comum, todas evidenciam o benefício resultante das oportunidades que o empoderamento das pessoas jovens é capaz de originar.**

## Referências

- (1) *Women Deliver (2014), Invest in Girls and Women: Everybody Wins, The Path to Sustainable Development; High-Level Task Force for ICPD, Rights, Dignity & Health for all – Priorities for the Post-2015 Development Agenda; UNFPA, UNDESA, UN-HABITAT, IOM (2014) Population and Sustainable Development in the Post-2015 Agenda – Report of the Global Thematic Consultation on Population Dynamics.*
- (2) *High-Level Task Force for ICPD, Rights, Dignity & Health for all – Priorities for the Post-2015 Development Agenda;*
- (3) *Dados relativos às estatísticas sobre as diferenças salariais em: Eurostat – European Commission: [http://epp.eurostat.ec.europa.eu/statistics\\_explained/index.php/Gender\\_pay\\_gap\\_statistics#Gender\\_pay\\_gap\\_levels](http://epp.eurostat.ec.europa.eu/statistics_explained/index.php/Gender_pay_gap_statistics#Gender_pay_gap_levels)*
- (4) *Governo de Portugal (Junho 2014) - I Relatório sobre as diferenças salariais por ramos de atividade (em cumprimento da alínea a) do nº 1 da Resolução do Conselho de Ministros nº 13/2013, de 8 de Março).*
- (5) *USAID (2012) Youth in Development - Realizing the Demographic Opportunity.*
- (6) *Women Deliver (2014), Invest in Girls and Women: Everybody Wins, The Path to Sustainable Development.*
- (7) *Women Deliver (2014), Invest in Girls and Women: Everybody Wins, The Path to Sustainable Development;*
- (8) *Women Deliver (2014), Invest in Girls and Women: Everybody Wins, The Path to Sustainable Development.*
- (9) *Women Deliver (2014), Invest in Girls and Women: Everybody Wins, The Path to Sustainable Development; IPPF, Sexual and Reproductive Health and Rights - a crucial Agenda for the Pos-2015 Framework; P&D Factor, Folha informativa - A Mutilação Genital Feminina e outras práticas nefastas na Agenda de Desenvolvimento Pós-2015.*
- (10) (...) *good Reproductive Health enables couples and individuals to lead healthier, more productive lives, and in turn to make greater contributions to their household incomes and to national economies.*  
*Babatunde Osotimehin, executive Director, UNFPA; em DSW, EPF, NiDi, Countdown 2015, (2013) The Definitive Guide to Global Population Assistance Euromapping 2013.*

Com o apoio:



## Bibliografia

1. *Women Deliver (2014), Invest in Girls and Women: Everybody Wins, The Path to Sustainable Development;*
2. *High-Level Task Force for ICPD, Rights, Dignity & Health for all – Priorities for the Post-2015 Development Agenda;*
3. *Eurostat – European Commission, [http://epp.eurostat.ec.europa.eu/statistics\\_explained/index.php/Gender\\_pay\\_gap\\_statistics#Gender\\_pay\\_gap\\_levels](http://epp.eurostat.ec.europa.eu/statistics_explained/index.php/Gender_pay_gap_statistics#Gender_pay_gap_levels)*
4. *Governo de Portugal (Junho 2014) I Relatório sobre as diferenças salariais por ramos de atividade, (em cumprimento da alínea a) do nº 1 da Resolução do Conselho de Ministros nº 13/2013, de 8 de Março)*
5. *IPPF, Sexual and reproductive health and rights – a crucial agenda for the post-2015 framework;*
6. *P&D Factor, Folha informativa A Mutilação genital feminina e outras práticas nefastas na agenda de desenvolvimento pós 2015*
7. *DSW, EPF, NiDi, Countdown 2015, (2013) The Definitive Guide to Global Population Assistance Euromapping 2013*
8. *Open Working Group for Sustainable Development Goals, (Julho 2014) – Outcome Document*
9. *ONU (2014) Relatório sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio*
10. *UNFPA, UNDESA, UN-HABITAT, IOM (2014) Population and sustainable development in the post-2015 agenda – Report of the Global Thematic Consultation on Population Dynamics*
11. *UNFPA (2013) Annual Report, Realizing the Potential*
12. *UNFPA (2013) ICPD and Human Rights: 20 years of advancing reproductive rights through UN treaty bodies and legal reform*
13. *UN (2014) Report of the Secretary-General, Framework of actions for the follow-up to the Programme of Action of the International Conference on Population and Development beyond 2014*
14. *UN Women and UN Statistics Division, (2014) Millennium Development Goals – Gender Chart, Special edition for the 58th session of the Commission on the Status of Women*
15. *UN Women (2013) A Transformative Stand-Alone Goal On Achieving Gender Equality, Women's Rights And Women's Empowerment: Imperatives And Key Components*
16. *USAid (2012) Youth in Development Policy - Realizing the Demographic Opportunity*
17. *Presidência do Conselho de Ministros, V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género, 2014-2017*
18. *Presidência do Conselho de Ministros, V Plano para a Igualdade, Género, Cidadania e Não-Discriminação (2014-2017)*

Edição:



Associação sem fins lucrativos | ONG-D | NIPC 510457754  
Contacto: (+351) 917908514  
Email: [popdfactor@gmail.com](mailto:popdfactor@gmail.com)  
[info@popdesenvolvimento.org](mailto:info@popdesenvolvimento.org)  
Site: [www.popdesenvolvimento.org](http://www.popdesenvolvimento.org)

P&D-0809-14